

**PARALISAÇÃO
DIA 10 DE MAIO**

**NENHUM DIREITO
A MENOS**

CONTRA:

**O Golpe, demissões de
terceirizados na UFRB
e o PL 257**

ASSEMBLEIA APROVA PARALISAÇÃO DO DIA 10 DE MAIO



Entendendo a complexidade da situação atual do país e da universidade, os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em assembleia nessa quinta-feira (05), aprovaram a paralisação do dia 10 de maio, próxima terça-feira. Os docentes chegaram a esta decisão após a discussão sobre a crise orçamentária e financeira da UFRB, que pode resultar, entre outras coisas, na demissão de cerca de 126 funcionários terceirizados.

A medida, que foi anunciada pela reitoria em reunião na quarta-feira (04), já havia sido repudiada pela categoria docente desde o ano passado quando foi sinalizada pela primeira vez. À época, os docentes em greve conseguiram barrar as demissões, mas pela situação de crise que a universidade vem passando, a medida voltou a ser colocada.

O professor David Teixeira, que esteve no último CONSUNI, levou à assembleia algumas colocações que foram feitas pela reitoria. Segundo ele, a universidade terá que tomar medidas drásticas e imediatas, por isso que sequer há a previsão de esperar os contratos dos terceirizados vencerem para rever a situação. “Esta é a maior crise da UFRB, por isso temos que tomar medidas. O ataque à folha de pagamento não é um mero ataque. Então temos que avançar nas discussões e ter a clareza de que o que está em discussão é o projeto de UFRB”, completou o professor.

Para o professor Luiz Paulo de Oliveira, as medidas de contingenciamento apresentadas põem em questão o princípio da universidade pública e o papel do professor. Por conta disso, segundo ele, é imprescindível que haja um debate mais preparado, que mostre que o cenário é muito grave, é um cenário extremamente complexo.

Ciente da dureza do cenário apresentado, o presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, colocou que será necessário uma maior organização da categoria docente. “Vamos ter que criar um setor que tenha consciência do que está acontecendo na universidade. Um movimento que reaja, que se organize. A nossa luta tem que ser coletiva. Temos que compreender o cenário e rejeitar o que está colocado”, defendeu o presidente da APUR.

Além da crise orçamentária e financeira da UFRB, a luta contra o PL 257 também foi uma das motivações para a aprovação da paralisação no dia 10. Entre outras medidas, o projeto prevê a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões, a destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores.

Diante de um projeto que nada mais é do que um ataque frontal aos direitos dos/as trabalhadores/as, a categoria docente da UFRB não poderia ficar calada. Por isso, além de manifestar total desaprovação com as demissões dos terceirizados da UFRB, a paralisação do dia 10 será um ato contra o PL 257, ou seja, a UFRB no dia 10 sairá em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as e dirá que não aceita nenhum direito a menos.

Após uma longa discussão, a assembleia decidiu que a paralisação do dia 10 de maio será com plenárias unificadas (docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e terceirizados), em todos os centros, contra o PL 257 e a demissão dos terceirizados. A assembleia ainda aprovou uma moção de repúdio à demissão dos trabalhadores/as terceirizados/as da UFRB.





CENTRAIS CONVOCAM DIA NACIONAL DE LUTA PARA 10 DE MAIO

Luiz Carvalho – CUT

Durante intervenção no 1º de Maio da CUT, o presidente nacional da Central, Vagner Freitas, convocou para 10 de maio um Dia Nacional de Luta contra o Golpe e em Defesa de Direitos. A ideia é unificar os trabalhadores dos setores público e privado para derrubar o impeachment.

“Resistência se faz com luta e vamos paralisar fábricas, escolas, retardar atendimento onde for possível, na guerra junto com estudantes, com toda a sociedade”, alertou Vagner.

O dirigente voltou a apontar que a CUT não reconhecerá o governo do atual vice-presidente Michel Temer (PMDB), caso o golpe triunfe, porque não representa a vontade popular. Para exemplificar, citou a pesquisa da Central que aponta o repúdio da sociedade ao processo. “Na pesquisa que fizemos, o Temer só tem 1% de aceitação, ou seja, o povo não o quer no poder.”

Vagner alertou ainda aqueles que acreditam no discurso de que o impeachment resolve o problema do Brasil. “Os golpistas estão vendendo a ideia de que fazendo o impeachment, no dia seguinte, a economia crescerá 10%, um milhão de empregos serão gerados e o Brasil sairá da crise, mas o impeachment aprofundará a crise”, disse, ao reforçar que um possível golpe acirrará a disputa das ruas para que Dilma possa governar até 2018, conforme determina a eleição.

Uma luta que, segundo ele, não é um cheque em branco e virá acompanhada de cobranças por avanços para a classe trabalhadora.

“Não haverá paz, porque lutaremos pela democracia. Eles são usurpadores da democracia, não nós. Nós estamos do lado certo da história, entendendo que o mandato da Dilma deve ser respeitado para que ela possa fazer um restante de mandato que atenda a todos os interesses da classe trabalhadora.”



Por trás do golpe

Secretário Geral da Intersindical, Edson Carneiro, o Índio, ressaltou que, apesar de a entidade não apoiar o governo, se associou aos movimentos sindical e sociais porque enxerga no impeachment um golpe, sobretudo, contra a democracia, a classe trabalhadora, as mulheres, os negros, a comunidade LGBT e os setores mais pobres da sociedade brasileira.

Ele falou ainda sobre os articuladores do golpe que não vêm a público, mas patrocinam e articulam, como o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf.

“O Skaf vive dizendo que não quer pagar o pato, mas tem que pagar impostos sobre suas fortunas, jatinhos e helicópteros. Denunciar o dono do Itaú, seu (Roberto) Setúbal, que veio a público defender o golpe, mas não tem vergonha de cobrar 600% de juros da população endividada desse país.”

Para ele, o momento é de ampliar a conscientização. “A partir de agora temos que dialogar com quem está capturado pela manipulação da mídia, que está envenenada com a campanha orquestrada da Rede Globo. Vamos ocupar o país, derrotar o golpe e defender os interesses da nossa classe.”

Plebiscito – Presidente da CTB, Adilson Araújo, comparou os golpistas aos escolhidos para cargos biônicos, como senadores, governadores e prefeitos que não passavam por eleições. E sugeriu a realização de plebiscito para decidir sobre os rumos do governo.

“Em 2012, ao ganharmos as eleições, experimentamos o gosto de fazer política. De olhar para o nordestino, para o povo pobre, para a periferia. Com foi bom ver nosso povo andar de avião, dar rolezinho no shopping e aí começamos a incomodar. Eu não votei no (Eduardo) Cunha, eu não votei no Temer e acho que o recado está dado. O plebiscito pode ser sim uma possibilidade de tirar o governo biônico e ilegítimo.”

Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/centrais-convocam-dia-nacional-de-luta-para-10-de-maio-43e2/>

FÓRUM DOS SERVIDORES PÚBLICOS INTENSIFICA LUTA E ATIVIDADES CONTRA PLP 257/16

ANDES-SN

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) prepara uma Semana de Lutas e Atividades contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, de autoria do Executivo, que ataca frontalmente os direitos dos trabalhadores dos setores público e privado, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados e deve ser votado ainda no início de maio. A Semana de Lutas e Atividades acontecerá em Brasília (DF) de 9 a 13 de maio e o Fonasefe pede o esforço conjunto para a participação de delegações representativas das esferas municipal, estadual e federal.

Francisco Jacob Paiva, 1º secretário e um dos coordenadores do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) do ANDES-SN, afirma que as entidades que compõem o Fonasefe entenderam que é necessário intensificar o combate ao PLP 257/2016, centralizando as atividades em Brasília por uma semana. Jacob reforça o chamado para as seções sindicais do ANDES-SN organizarem caravanas para Brasília nessa semana, e lembra que a luta contra o PLP não se restringe aos docentes federais.

“Estamos ampliando nosso convite para o conjunto dos servidores públicos estaduais e municipais. O PLP afeta a todos. É uma minirreforma do Estado, que traz um novo pacto federativo, atendendo aos interesses do capital e prejudicando os trabalhadores”, comenta o diretor do ANDES-SN, que resalta a importância dos servidores federais, estaduais e municipais se aglutinarem também nos estados a partir da criação e fortalecimento dos Fóruns Estaduais em Defesa do Serviço Público.

Os riscos do PLP

O PLP 257/16 prevê, entre outras medidas, a suspensão dos concursos públicos, o congelamento de salários, o não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações), a destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores. Além disso, congela o salário-mínimo. O PLP faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo, no final de 2014.

Entre os riscos presentes no projeto, o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, destaca o congelamento de salários, aumento da cota previdenciária, e a possibilidade de perda de parcelas da remuneração que não são tidas como salário. “E eu diria que em âmbito federal, não está garantido nem o percentual de 5% que estava previsto para agosto de 2016, fruto da negociação do ano passado com algumas categorias do Serviço Público. Há ainda a tendência à limitação dos concursos públicos, uma vez que está claro o objetivo de limitar a folha de pagamento do funcionalismo”, resalta o docente, sinalizando ainda que, a suspensão de concursos públicos terá como consequência imediata a precarização dos serviços públicos ofertados à população.

Rizzo lembra ainda que o ANDES-SN defende a derrubada do veto presidencial à auditoria da dívida pública, presente no Plano Plurianual, como uma das alternativas ao ajuste fiscal. “Olha que interessante: ela vetou a auditoria alegando que iria interferir no pacto federativo. E, ao mesmo tempo, lança um projeto de lei que altera o esse mesmo pacto federativo e impõem condições aos estados e municípios para adesão ao programa de recuperação financeira”, aponta.

O presidente do ANDES-SN reforça ainda que, além da auditoria da dívida pública, é necessária uma reforma fiscal que mude as regras de arrecadação no Brasil. “Por que o país é, além de tudo, um paraíso fiscal sob o ponto de vista da taxa de grandes fortunas. Há soluções que não passam pela retirada de direitos dos servidores e da população e que não tenham como consequência o desmonte do serviço público no país”, conclui.

ANDES-SN convoca Comissão Nacional de Mobilização

O ANDES-SN convocou, por meio da Circular 118/2016, a sua Comissão Nacional de Mobilização (CNM) para os dias 9 a 13 de maio com o intuito de intensificar a mobilização contra o PLP 257/2016. As seções sindicais, tanto do Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Ifes) quanto do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Setor das Iles/Imes) têm até às 17h do dia 3 de maio para indicar docentes para compor a CNM.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8107>

Semana de luta e atividades em Brasília

10 a 13 de maio

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) convida todas as entidades dos servidores públicos para a Semana de Lutas e atividades na Câmara dos Deputados em Brasília, 10 a 13 de maio, contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e pelo cumprimento dos PLs dos acordos assinados por algumas entidades dos SPF. O PLP 257/2016, de autoria do Executivo, ataca os direitos dos trabalhadores dos setores público e privado, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados e deve ser votado ainda no início de maio. Alguns riscos que o PLP 257/16 prevê:

- 1) Reforma do regime jurídico de todos servidores públicos; ativos e inativos;
- 2) Suspensão dos concursos públicos;
- 3) Congelamento de salários dos servidores públicos;
- 4) Risco de não cumprimento da aplicação do reajuste percentual de 5% em 2016 e 2017;
- 5) Congelamento do salário-mínimo;
- 6) Suspensão do pagamento de progressões e gratificações;
- 7) Vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras;
- 8) Destruição da previdência social;
- 9) Aumento da contribuição previdenciária social para 14%;



**SERVIDORES NA LUTA
CONTRA O PLP 257/2016!**

10) Fim das licenças prêmio, sabática e os quinquênios;

11) Cortes no orçamento social;

12) Suspensão de aumento real para as despesas de custeio e redução, em pelo menos 10% das despesas com cargos de livre provimento;

13) Implementação de programas de desligamento voluntário de servidores públicos;

Por essas razões, conclamamos todas as entidades e pessoas a se somarem aos setores organizados da sociedade civil que se dispõem a lutar para que esses direitos não sejam usurpados. É possível barrar mais esse ataque absurdo aos trabalhadores e trabalhadoras, que garantem arduamente os serviços públicos. Para isso, é imprescindível o esforço conjunto para a participação de delegações representativas das esferas municipal, estadual e federal, com caravanas à Brasília na semana de 10 a 13 de maio.

No dia 10 de maio, às 9 horas, será realizada uma reunião para organizarmos a ida ao Congresso Nacional. Esta reunião será na Sede do ANDES-S, Setor Comercial Sul, Quadra 2, Edifício Cedro II, 3º Andar.

AVISO AOS DOCENTES DA UFRB

Companheiros (as),

Na próxima semana, dias 10 e 11, estará ocorrendo as eleições para Diretoria do ANDES-SN (biênio 2016-2018). Informamos que a urna para a votação estará na sede da APUR em seu horário normal de funcionamento, das 8:00 às 16 horas.

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN

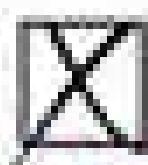
BIÊNIO 2016-2018



ANDES

SINDICATO NACIONAL

ESP - DOCENTES



VOTAÇÃO
10 E 11 DE MAIO

PARTICIPE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO!

FÓRUM RENOVA ANDES

DECLARAÇÃO

**DIREÇÃO DO ANDES-SN
INSISTE EM SE NEGAR A
LUTAR CONTRA O GOLPE!**

**AINDA HÁ TEMPO,
O LUGAR DO ANDES
É COM A IMENSA
MAIORIA DA CLASSE
TRABALHADORA!**

Há algo errado! No momento decisivo da crise política provocada pela tentativa golpista, o ANDES-SN se encontra ausente do movimento docente que constrói comitês, divulga manifestos e realiza grandes atos nas universidades contra o golpe em todo país. Ao invés disso, a direção sindical prefere operar a política dos “coxinhas vermelhos” que mandam na CSP-Conlutas, cuja linha do “Fora Todos” mal esconde o “Fora Dilma” que os unifica com a di-

reta, marchando ao lado de uma miríade de siglas fantasmas e semifantasmias, enquanto vira as costas para as centenas de milhares de trabalhadores agrupados com suas organizações nos atos da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo.

**A DIREÇÃO DO ANDES
ERRA QUANDO DIZ QUE
TANTO FAZ SE VAI TER
GOLPE!**

Negando-se a estar nas ruas com a maioria da classe trabalhadora, no boletim InformAndes nº 57, o presidente do ANDES diz: “Com impeachment ou sem, a luta de classes se intensifica no Brasil. Ela nunca deixou de existir, mas tende a se intensificar. Isso porque o governo, independente de quem esteja nele, será de atenção ao Capital, que já tem controle sobre

o poder”. Ou seja, para a diretoria do ANDES-SN, tanto faz se o golpe vence ou não. Tanto faz se preservamos nosso terreno de luta ou se Temer assume montado no plano Ponte para o Futuro centrado na destruição maciça de direitos. Tanto faz se mantemos nosso direito de organização ou se a República do Paraná imporá uma ditadura do judiciário. Esta política é um verdadeiro perigo à existência do ANDES-SN que, nesse aspecto, se igual ao PROIFES, igualmente silencioso diante do golpe.

Felizmente os professores recusaram esta linha. Diversas seções do ANDES-SN fizeram questão de expor publicamente sua divergência com a direção nacional, manifestando-se por meio de notas públicas e na organização de atos e comitês **CONTRA AO GOLPE E EM DEFESA DA DEMOCRACIA!**